

Mestiçagem e questão indígena no Porfiriato: identidade e alteridade nas obras de Justo Sierra

Valdir Donizete dos Santos Junior*

Resumo:

Este artigo tem por objetivo discutir a construção de uma identidade nacional no México nos textos do intelectual e político Justo Sierra (1848-1912). Em suas obras, ao mesmo tempo em que defendeu o mestiço como elemento dinâmico do desenvolvimento nacional, qualificou o indígena como signo do atraso mexicano. Essa visão da sociedade de seu país se alicerçou sobre uma interpretação da história nacional, influente não apenas durante o Porfiriato (1876-1910), período em que escreveu suas principais obras, mas também sobre as décadas posteriores à Revolução Mexicana de 1910, quando a mestiçagem foi vista como um valor positivo para o país e o mestiço como símbolo nacional.

Palavras-chave: México, Identidade Nacional, Mestiçagem.

Résumé: Cet article vise à discuter la construction d'une identité nationale au Mexique dans les textes du politique et intellectuel Justo Sierra (1848-1912). Dans ses œuvres, tandis qu'il défendait le métis comme l'élément dynamique du développement national, a décrit le indigène comme un signe du retard mexicaine. Cette vision de la société de son pays était fondé sur une interprétation de l'histoire nationale, influent non seulement au cours du Porfiriato (1876-1910), période pendant laquelle il a écrit ses œuvres majeures, mais au cours des décennies qui ont suivi la Révolution mexicaine de 1910, lorsque le métissage a été considérée comme une valeur positive pour le pays et le métis en tant que symbole national.

Mots-clés: Mexique, Identité nationale, Métissage.

Introdução

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a América Latina foi terreno fértil em debates sobre a questão racial, a imigração e a mestiçagem. Conforme entendiam muitos intelectuais do período, o “progresso” econômico, político

* Mestrando em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: valdir_tyrso@hotmail.com.

Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, p.157-176, jan./jun. 2013.

<http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista>

e social das nações latino-americanas passava antes pela viabilidade das raças que habitavam esses territórios. A discussão em torno das identidades nacionais ou continentais se estabeleceu, durante esses anos, afinada, em grande medida, com as teorias raciais que adquiriram, ao longo do século XIX, grande reputação entre as elites intelectuais e políticas do mundo ocidental (SCHWARCZ, 1993).

A publicação de *A origem das espécies*, do inglês Charles Darwin (1809-1882), em 1859, apresentou um novo conceito de “evolução”, alimentando o vocabulário de seus contemporâneos com novas expressões como “sobrevivência do mais apto”, “adaptação” e “luta pela sobrevivência”. Nascidas no campo da biologia, essas ideias penetraram com muita força nas ciências sociais, principalmente a partir das obras do também inglês Herbert Spencer (1820-1903). Esse autor, um dos grandes arautos da ciência, do progresso e da civilização no século XIX e de grande repercussão na América Latina, afirmava que as leis da evolução que se aplicavam aos seres vivos eram igualmente válidas para as sociedades. Em um contexto de expansão das potências imperialistas da Europa em direção à África, a Ásia e a Oceania (HOBSBAWM, 1998), Spencer concebia os agrupamentos humanos como organismos sociais, dos quais os menos aptos ao “progresso” e à “civilização” estariam destinados a desaparecer e os mais fortes, a sobreviver e se expandir. O chamado “darwinismo social”, que destacava a questão da raça, qualificando as diferenças entre os povos em escalas de evolução, teve forte impacto nos meios intelectuais da época, originando teorias racialistas, como, por exemplo, a eugenia, que visava ao “aprimoramento” genético do gênero humano por meio da eliminação de raças consideradas inferiores (SCHWARCZ, 1993; STEPAN, 2005).

Grande parte das polêmicas raciais travadas pelos intelectuais da virada do século XIX para o XX na Europa e na América Latina se deram em torno do problema da miscigenação. O “pessimismo racial” foi uma característica comum a muitos autores latino-americanos que produziram suas obras nesse período. A condenação da mestiçagem e a defesa da imigração europeia foram tópicos recorrentes no discurso intelectual desses anos (HALE, 2002, pp. 367-9).¹ Nesse período, embora as correntes favoráveis à mestiçagem na América Latina fossem minoritárias, elas existiram e tiveram muita importância em alguns espaços nacionais, como, por exemplo, no caso do

¹ Charles Hale (2002) cita como exemplos de pessimismo racial na América Latina, o argentino Carlos Octávio Bunge, o boliviano Alcides Arguedas e o venezuelano Francisco García Calderón, todos eles escreveram suas principais obras no início do século XX.

México.

A defesa de uma identidade nacional mestiça que esteve na base dos discursos intelectuais e políticos posteriores à Revolução Mexicana de 1910 teve suas origens ao longo do século XIX. Entre os autores que contribuíram para a construção de uma identidade nacional mestiça no México, destaca-se a figura do político e intelectual Justo Sierra (1848-1912). Nascido em Campeche, na Península de Yucatán, é considerado um dos principais, senão o principal ideólogo do Porfiriato regime de mais de três décadas que teve no presidente Porfírio Díaz sua principal figura (GONZÁLEZ, 1994; GUERRA, 1988; KATZ, 2002; TENÓRIO TRILLO & GÓMEZ GALVARRIATO, 2006).² Sierra exerceu diversos cargos públicos durante esse período, assumindo, em 1901, o comando da Secretaria de Instrução Pública e Belas Artes, cargo com que pode levar adiante seu principal projeto a frente da educação nacional: a fundação da Universidad Nacional de México em 1910. Em suas obras, Justo Sierra formulou uma justificação histórica para o regime de Porfírio Díaz alicerçada em duas ideias centrais: a ordem política e a mestiçagem.

Diversos autores têm se debruçado nas últimas décadas sobre as implicações da construção de uma identidade nacional mestiça no México. Agustín Basave Benítez traduziu a trajetória dessa ideia no conceito de “*mestizofilia*”. Segundo esse autor, “la mestizofilia puede definirse, en su más amplia connotación, como la idea de que el fenómeno del mestizaje – es decir, la mezcla de razas y/o culturas – es un hecho deseable” (BASAVE BENITEZ, 2002, p. 13). A mestiçagem era vista por autores dessa corrente como a base sobre a qual deveria repousar a nacionalidade ou, mais precisamente, a “mexicanidade”. Além de Justo Sierra, importantes nomes da cena intelectual mexicana dos séculos XIX e XX como Francisco Pimentel, Vicente Riva Palácio, Andres Molina Enriquez, José Vasconcelos e Manuel Gamio contribuíram decisivamente para a constituição desse paradigma identitário no México (BASAVE BENITEZ, 2002, P. 15). Segundo Federico Navarrete Liñares, esses autores foram responsáveis pela elaboração de uma “ideologia da mestiçagem”, entendida como “una doctrina racial y nacionalista elaborada por diversos intelectuales a fines del siglo XIX y principios del XX que se convirtió en la ideologia oficial del Estado mexicano” (NAVARRETE LIÑARES, 2004).

Para se compreender essa questão no México, as obras de Justo Sierra se

² Porfírio Díaz foi presidente da República Mexicana entre 1876 e 1880 e 1884 e 1911. Entre 1880 e 1884, o México foi governado por Manuel González, aliado político de Díaz.

apresentam como fontes essenciais devido ao seu alcance e à importância atribuída a seus textos pela intelectualidade mexicana *mestizofila* ao longo do século XX. A questão da mestiçagem deve ser pensada, entretanto, sem que se percam de vista as representações construídas em torno dos indígenas nesse período. Pode-se afirmar que as análises em torno do “problema” indígena estavam na base sobre a qual se ergueu o edifício da identidade nacional mestiça no México.

O “problema” indígena

Após ascender ao poder, em 1854, com a Revolução de Ayutla, os liberais mexicanos iniciaram no país diversas reformas que tinham por objetivo resolver o problema da estagnação econômica por que passava o México nesse período. Buscavam, por meio da intervenção política na questão agrária e, em especial, na propriedade da terra, estimular o desenvolvimento do país (SOARES & COLOMBO, 1999, p. 86). Entre as diversas medidas da Reforma, nome pelo qual ficou conhecido esse período marcado por importantes alterações na legislação nacional e pelo acirramento dos conflitos entre liberais e conservadores, destacou-se a promulgação, em junho de 1856, da chamada Lei Lerdo. Essa lei estabelecia a desamortização das terras pertencentes a corporações civis ou eclesiásticas com o objetivo de sanear as contas do Estado mexicano e estimular a propriedade privada individual no país. Embora o principal alvo dos liberais fosse a Igreja Católica, essas medidas também interferiram nas terras comunais indígenas, vistas como empecilho para o estabelecimento da propriedade privada, a constituição de uma agricultura moderna e a integração dos índios e de suas terras ao mercado capitalista no México.

A preocupação com a questão da propriedade de terra característica ao liberalismo mexicano nos anos 1850 continuou a ser demonstrada ao longo das décadas seguintes. Terminada a Intervenção Francesa e consolidada a vitória sobre os grupos conservadores em 1867 (PANI, 2004), os liberais buscaram novamente interferir na propriedade comunal indígena. Em 1875, sob a presidência de Sebastián Lerdo de Tejada, foi aprovada a Lei de Colonização, que procurava incentivar a ida ao México de colonos estrangeiros, de preferência europeus, que pudessem trabalhar a terra e levar o progresso à nação. O indígena era considerado pelas elites liberais do período como alcoólatra, excessivamente supersticioso e dependente da Igreja, desinteressando pelo trabalho e, na maioria das vezes, incapaz de progresso (SOARES & COLOMBO, 1999, p. 88).

Justo Sierra retomou em seus textos grande parte dessas discussões, defendendo alternativas para a “incorporação” do indígena ao mercado capitalista e à sociedade modernizada. Entendia, entretanto, que esses grupos demonstravam desinteresse e, muitas vezes, incompatibilidade em relação a esse projeto de nação. Para esse autor, a principal característica do indígena mexicano era a sua “passividade”. Em seu ensaio de 1889, *México social y político*, Sierra caracterizou esses grupos como uma “inactiva y uniforme masa social”. Representava o indígena como um ser “quieto, monótono, mudo” que nunca era “un iniciador, es decir, un agente activo de civilización”. Segundo Sierra, o indígena “copia y se asimila a la cultura ambiente (ya los primeros misioneros admiraban su aptitud para imitar), mas no procura mejorarla: el pueblo terrígena es un pueblo sentado; hay que ponerlo de pie” (SIERRA, 1977, p. 296).

A superstição religiosa e o alcoolismo eram apontados por Justo Sierra como as causas mais evidentes da “passividade” indígena, embora não fossem as únicas. Fatores geográficos, alimentares e, em grande medida, históricos contribuía, segundo o autor, para manter essas comunidades nesse estado. Justo Sierra ressaltava, entre outras coisas, os meios físicos “debilitantes” em que esses grupos se concentravam:

Concentrada en la Mesa Central y en los peldaños que suben a ella, dominando la zona caliente da las costas, la familia indígena vive sumergida en un medio debilitante: la atmosfera de las alturas insuficientemente pesada para las necesidades normales de la economía animal (SIERRA, 1977, p. 296).

Além do meio físico debilitante, Justo Sierra criticava a predominância da pimenta e das bebidas alcoólicas na nutrição dos indígenas. Segundo ele, “con esta alimentación puede el indio ser un buen sufridor, que es por donde el hombre se acerca más al animal doméstico”. Afirmava que “el problema es fisiológico y pedagógico: que coman más carne y menos chile, que aprendan los resultados útiles y prácticos de la ciencia, y los indios se transformarán” (SIERRA, 1977, p. 296-7).

Entretanto, ao discutir a questão indígena no México, Justo Sierra apontava o desenvolvimento histórico como fator central para sua compreensão. Os ensaios “História Política” e “La Era Actual”, escritos para a coletânea de três volumes *México: Su Evolución Social*, que Sierra organizou entre 1900 e 1902, e publicados em conjunto na década de 1940 como *La Evolución Política del Pueblo Mexicano*, são considerados em geral seus textos mais relevantes nesse campo (SIERRA, 1977). Além desses ensaios, apontados como clássicos não apenas da historiografia mexicana, mas do pensamento político latino-americano de uma maneira geral, esse intelectual escreveu

vários outros textos importantes de interpretação histórica, como *Juarez, su obra y su tiempo* (1905), biografia do ex-presidente Benito Juárez, além de diversos manuais escolares.

Nesses ensaios historiográficos, Justo Sierra afirmava que as grandes massas indígenas se encontravam à margem dos eventos históricos e da evolução do povo mexicano. Tuteladas pelos missionários e *criollos* no período colonial, estavam atrofiadas “en su voluntad y su pensamiento” no alvorecer da nação em 1810. Tendo se recusado a participar da modernização proposta pelos liberais ao longo do século XIX, o indígena contemporâneo a Sierra estaria “abandonado a la servidumbre rural y a la religión” (SIERRA, 1977, p. 112 e p. 120).

Justo Sierra entendia que a “pasividad incurable” dos povos indígenas no México teve suas origens no período colonial, mais precisamente no processo de conquista e dominação espanhola. Segundo ele, os europeus não conseguiram acabar com as línguas nativas, nem tampouco transformar a fisionomia dos povos submetidos, vítimas de “una política que oscilaba indefinidamente entre la opresión y la tutela, entre la explotación del indígena como animal y su protección como menor perpétuo”. Os indígenas eram povos “sin horizonte, sin ninguna comunidad de aspiraciones con los hombres de otras procedencias, conservando tenazmente como en todas las razas primitivas sucede, los hábitos, las creencias y las inclinaciones de sus progenitores étnicos” (SIERRA, 1977, p. 295-296). Colocado ao pé do altar no século XVI, o índio ali teria permanecido pelos séculos seguintes:

En donde estaba, al pie del altar, allí quedó, y en nuestros días yace todavía en grandes grupos en el mismo estado, con las mismas costumbres y las mismas supersticiones: tiene que silbar mucho tiempo la locomotora en sus oídos para arrancarla del sueño, tiene la escuela que soplar la verdad en sus almas por dos o tres generaciones todavía para hacerla andar (SIERRA, 1977, p. 61).

Embora pessimista em relação aos grupos indígenas, Justo Sierra acreditava ser possível transformar esses seres “passivos” em elementos “ativos” do progresso nacional. Nas palavras desse autor,

Esta es la condición suprema de su transformación [do indígena]: alimentarse bien, y esa condición que depende del alza del jornal y de la educación por el contacto con los grupos mejor alimentados de otras razas, va realizándose aunque con demasiada lentitud. Porque entretanto el indio merma de su exiguo sustento una parte que consagra a sus goces supremos, en que todavía se condensan sus aspiraciones materiales y espirituales: la embriaguez y el culto. El pulque, los aguardientes extraídos del maguey y los círios para los santos, he aquí lo que tiene encadenado al indígena y aun al mestizo

rural a un estado de inferioridad desesperante; en la población industrial existen hábitos análogos, pero tienden a mezclarse ya con otras ideas, con otras aspiraciones (SIERRA, 1977, p. 311).

Sierra concebia duas soluções para o “problema” indígena no México: a educação e a mestiçagem. Estas eram vistas como fatores capazes de transformar os hábitos desses grupos, pois os colocaria em contato com os brancos e mestiços, considerados como a parte “ativa” da sociedade mexicana. A mestiçagem significava, na obra de Justo Sierra, mais que mistura racial. Era entendida também como mescla cultural e social. Assimilado por meio da mestiçagem à parte “ativa” da nação mexicana, o indígena deixaria de ser “passivo”, tornando-se elemento importante para o progresso nacional.

Projetos imigratórios no México

A imigração foi um tema muito recorrente nas discussões das elites políticas e intelectuais nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX na América Latina. Além de significar a importação de braços considerados aptos ao trabalho e ao progresso, a chegada de imigrantes, especialmente europeus, alimentava nas elites nacionais latino-americanas a ideia de um “branqueamento” social. Destacou-se no contexto continental, a Argentina, que entre 1870 e 1930 recebeu em seu território por volta de 3.813.600 europeus. Em contraposição, o México, segunda maior população da América Latina nesse período, só perdendo em número de habitantes para o Brasil, recebeu entre 1904 e 1924 apenas 33.890 imigrantes vindos do outro lado do Atlântico (SANCHEZ-ALBORNOZ, 2001, p. 184). O fracasso não se deu, entretanto, pela falta de projetos imigratórios ou pela ausência de quem os defendesse no México.

Os projetos imigratórios nesse país não se resumiram à Lei de Colonização de 1875. Sob a presidência de Porfírio Diaz, traçaram-se planos ambiciosos para atrair imigrantes europeus ao México. Os colonos adventícios exerceriam, segundo esses projetos, uma função específica em cada região do território nacional. Na fronteira setentrional, buscava-se frear o expansionismo dos Estados Unidos; nas zonas meridionais e costeiras, visava-se à distribuição de terras para o cultivo de produtos a serem exportados; e, na região central, o objetivo era modernizar a agricultura. Esse projeto, entretanto, não obteve êxito. Colônias italianas fundadas em 1881, sob a presidência de Manuel Gonzalez, também se revelaram um fracasso, terminando por funcionar com base na mão de obra indígena (SANCHEZ ALBORNOZ, 2011, p. 192).

Embora a imigração não tenha dado os frutos pretendidos pelo governo mexicano, esteve nos projetos políticos das elites nacionais.

Embora tenha sido um dos grandes intelectuais mexicanos do século XIX, Francisco Pimentel (1832-1893), homem de ideias conservadoras que apoiou a Intervenção francesa e o Segundo Império, foi por muito tempo considerado figura marginal na história intelectual mexicana. Além de defender a ocupação estrangeira e o regime de Maximiliano, teve participação política efetiva nesse período, atuando como prefeito da Cidade do México (BASAVE BENITEZ, 2002; FERNANDES, 2009; GARZA, 1994). Suas principais ideias sobre a questão indígena, a imigração e a mestiçagem se encontram em *Memoria sobre las causas que han originado la situación actual de la raza* (1864), obra publicada sob a Intervenção francesa.

Nessas *Memórias*, dedicadas a Maximiliano “en prueba de amor y respeto” (Apud BASAVE BENITEZ, 2002, p. 25), Pimentel caracterizava o indígena como “grave, taciturno y melancólico, flemático, frio y lento, sufrido, servil y hipócrita” (IBIDEM, p. 25). Afirmava que esses grupos possuíam apenas “las virtudes propias de la resignación [...], resultado natural de los tristes acontecimientos que le han educado” (IBIDEM, p. 25). Pimentel entendia que não havia no México uma nação propriamente dita, pois os dois grupos étnicos que habitavam o território mexicano, brancos e indígenas, em nada se assemelhavam. A resolução ideal para esse problema, segundo Pimentel, seria a “desindianização” do índio mexicano. Para esse conservador, o “terrígena” deveria esquecer sua religião, seu idioma e sua propriedade comunal para formar com o branco “una masa homogénea, una nación verdadera” (IBIDEM, p. 25). No entanto, Pimentel entendia que um indígena educado consistia em um grande risco para a nação, pois sendo muito rancoroso com relação aos brancos, poderia, nessas condições, exercer, com mais facilidade, sua vingança contra eles. Conservador convicto, Pimentel se referia, quando falava em suas *Memórias* de “vingança contra os brancos”, a Benito Juarez, indígena que liderava as facções liberais predominantemente mestiças e indígenas contra os conservadores de origem *criolla* nesse período de guerra civil (FERNANDES, 2010).

Basave Benítez aponta, nesse sentido, para a solução proposta por Pimentel para que se resolvesse esse dilema:

Lo que hay que hacer es emprender la titánica tarea de vencer su proverbial terquedad y acercar al indio al nivel de educación al blanco, a fin de que este lo vea como su igual. De ese modo se facilitaría la fusión racial, en la que tarde o temprano los indígenas serían diluidos

por una adecuada inmigración europea. Bien educado, lo mestizo resultante no heredaría los vicios sino la virtudes de sus progenitores. Y, lo que es mucho más importante, la mezcla no sólo se daría entre blancos e indios sino también entre blancos y mestizos – que ya son la mayoría –, con lo cual se garantizaría que la población mexicana sería gradualmente “blanqueada”. Así, “la raza mixta” [...] sería una raza de *transición*; después de poco tiempo todos llegarían a ser blancos (BASAVE BENITEZ, 2002, p. 27).

O “mestiço” representava, na obra de Francisco Pimentel, um elemento de transição entre o México indígena e o México branco. A mestiçagem deveria cumprir, de acordo com esse autor, uma função essencialmente branqueadora. Embora Francisco Pimentel e Justo Sierra apresentassem, muitas vezes, soluções diferentes para questões frequentemente similares, é possível apontar importantes semelhanças em seus trabalhos. A visão negativa sobre o indígena e a defesa da mestiçagem, da educação e da imigração são tópicos compartilhados pelos dois autores.

Em *México social y político*, Justo Sierra celebrava as ligações geográficas entre o México e a Europa, destacando os fluxos entre essas duas regiões possibilitados e facilitados pela natureza:

Otro río marítimo, el *Gulf Stream*, que introduce al seno mexicano sus aguas calentadas en la inmensa caldera ecuatorial, y de él las saca en dirección de las costas boreales de Europa, trazando en pleno océano la ruta y el vínculo de forzosa unión entre el Nuevo y el Viejo Continente; tales son en esbozo las ventajas de nuestra geografía oriental. Gracias a ella, la civilización toca sin cesar a nuestras puertas; por ella ha entrado en forma conquista o de idea; pero no de corriente normal de hombres e capitales, sino trabajosamente (SIERRA, 1977, p. 302).

A presença do elemento europeu significava a inserção da “civilização” no México. As margens do Oceano Atlântico seriam as portas por onde o “progresso” adentraria as fronteiras do país. No entanto, naquele momento seu ingresso se realizava em terras mexicanas mais sob a forma de “conquista” e “ideias” que necessariamente de “homens” e “capitais”. Embora defendesse a ida de colonos europeus ao México, Justo Sierra percebia a dificuldade encontrada para a realização desse projeto.

Se o litoral atlântico poderia favorecer o desenvolvimento nacional, a costa ocidental estaria destinada a “complicar terriblemente en lo porvenir nuestro problema nacional” (IBIDEM, p. 302). Segundo Sierra,

Pensamos, al decir esto, en las reservas inagotables de hombres por herencia de remotísimo origen dotados del instinto industrial; centenares de millones de trabajadores establecidos entre el mar Indico y el mar de Corea, que antes de un cuarto de siglo estarán plenamente provistos de todos los útiles, maquinas y capitales que

posé la moderna industria. Ellos trabajan sin fatiga doce horas diarias, mientras el obrero europeo o americano se resiste a trabajar más de ocho, por eso de sus centros de producción indefinida, partirán forzosamente corrientes de artefactos y emigrantes hacia nuestros litorales del Pacífico, que sumergirán entre las olas de una raza, cuyos hábitos y cuyos ideales son profundamente antipáticos a los que nuestro temperamento y nuestra historia nos han dado, pero que tiene inquietantes afinidades con nuestra raíz terrígena, que queremos y debemos transformar a todo trance y a toda costa (SIERRA, 1977, 302-3).

Ainda em termos geográficos, Justo Sierra demonstrava a impossibilidade de se aproveitar economicamente a zona tórrida do país, pois ali a população se encontrava diminuída por febres e debilitada pelo calor. Esse autor afirmava que não apenas os asiáticos, mas também os negros não eram bem-vindos ao país: “La fiebre aleja al indígena y al europeo. Sólo el africano, sólo la planta negra prospera vigorosa allí. He aquí una solución, que es más bien una complicación: *el negro oscurece toda cuestión social*” (IBIDEM, p. 303).

O ingresso de imigrantes asiáticos ou africanos no México representaria para Justo Sierra um retrocesso e um complicador para a questão social. Por outro lado, os europeus mais que desejados, eram considerados como elementos necessários para “fomentar o crecimiento de esa familia [mexicana], en activar la mezcla, en crear un pueblo” (IBIDEM, 313). Segundo Justo Sierra, para que o México alcançasse tais objetivos, “el único medio necesario es la aclimatación de elementos de procedencia europea más o menos directa entre nosotros; es la colonización” (IBIDEM, p. 313).

Nas últimas páginas de “La era actual”, Justo Sierra voltou a discutir o tema da imigração associado a uma defesa da mestiçagem:

Nos faltaba devolver la vida a la tierra, la madre de las razas fuertes que han sabido fecundarlas, por medio de la irrigación; nos falta por este medio con más seguridad que por otro alguno, atraer al inmigrante de sangre europea, *que es el único con quien debemos procurar el cruzamiento de nuestros grupos indígenas*, no queremos pasar del medio de civilización en que nuestra nacionalidad ha crecido, a otro medio inferior, lo que no sería una evolución sino una regresión (IBIDEM, p. 291).

Justo Sierra defendia uma imigração exclusivamente europeia, única apropriada para a evolução da nacionalidade, como uma das vias para o “progreso” mexicano. Por outro lado, também enfatizava a questão educativa como solução para o “problema indígena”. Se a entrada de europeus no México com o intuito da mescla era fundamental, destacava também que uma mudança completa de mentalidade dos

indígenas apenas seria possível por meio da escola, “esta, desde el punto de vista mexicano, es la obra suprema que se presenta a un tiempo con caracteres de urgente e ingente. Obra magna y rápida, porque o ella o la muerte” (IBIDEM, p. 291).

Intelectual herdeiro do liberalismo e do positivismo no México, Justo Sierra retomou em suas obras, sem grande ruptura, algumas das ideias mais importantes da obra do conservador Francisco Pimentel. A imigração na obra de ambos tinha caráter essencialmente civilizador e “desindianizador”. A imigração europeia e a mestiçagem não podem ser consideradas dois elementos incongruentes na obra de Justo Sierra como defenderam autores como Agustín Basave Benitez ou Charles Hale. Pelo contrário, a imigração, bem como a educação, cumpria um papel central no projeto *mestizófilo* defendido por Justo Sierra.

A mestiçagem na narrativa da história nacional

A análise histórica de Justo Sierra, embora tivesse suas bases em uma visão liberal do passado mexicano somada a importantes pressupostos cientificistas, buscava agregar em seu quadro de heróis nacionais alguns dos personagens que se constituíram como emblemas para os conservadores ao longo do século XIX, como, por exemplo, o “conquistador” Hernán Cortez ou o “libertador” Agustín de Iturbide. Segundo Josefina Zoraida Vasquez, Justo Sierra teria rompido, em certa medida, com a dicotomia que havia sido construída pelos intérpretes da história mexicana até então entre os vultos liberais e conservadores, reservando um lugar para todos, independentemente de seu partido, no panteão nacional (VASQUEZ, 1975, p. 68). Considerando que os liberais pautaram, em geral, sua interpretação da história pátria, na figura do indígena e os conservadores, no elemento espanhol (ORTEGA Y MEDINA, 1994), é possível afirmar que Justo Sierra buscava, em certa medida, em seus textos, uma visão que conciliasse as duas grandes vertentes da historiografia mexicana, embora com uma certa predominância da vertente liberal.

A narrativa dos primeiros contatos entre indígenas e espanhóis procurava, na obra de Justo Sierra, “caracterizar los elementos que iban a entrar en la composición del organismo nuevo” (SIERRA, 1977, p. 71). As origens da nacionalidade mestiça no México se encontravam na Conquista. Do sangue derramado por espanhóis e indígenas nesse episódio, teria nascido o mexicano, filho dessas duas raças:

¡Pobres Tenochcas! Si la historia se ha parado a contemplaros admirada, ¿qué menos podremos hacer nosotros, los hijos de la tierra

que santificasteis con vuestro dolor y vuestro civismo? El merecía que la patria por que moríais resucitase; las manos mismas de vuestros vencedores la prepararon; de vuestra sangre y la suya, ambas heroicas, renació la nación que ha adoptado orgullosa vuestro nombre de tribu errante y que, en la enseña de su libertad eterna, ha grabado con profunda piedad filial el águila de vuestros oráculos primitivos.

Debelado y destruido Tlatelolco; Cuauhtémoc, alma y genio de la resistencia, capturado y encadenado, todo había concluido. La obra de la conquista quedaba zanjada, todo lo demás sería la consecuencia de la incomparable empresa de Cortés.

Los mexicanos somos los hijos de los dos pueblos y de las dos razas; nacimos de la conquista; nuestras raíces están en la tierra que habitaron los pueblos aborígenes y en el suelo español. Este hecho domina toda nuestra historia; a él debemos nuestra alma (IBIDEM, p. 36-7).³

Ao narrar a Conquista, Justo Sierra declarava o nascimento de uma identidade nacional mestiça. O sangue derramado durante a guerra entre espanhóis e indígenas não denotava simplesmente a luta e o conflito entre esses dois grupos, mas, pelo contrário, representava um pacto de sangue entre espanhóis e indígenas de onde emergiria a nacionalidade mexicana.

Contudo, os caminhos tomados pela colonização fizeram com que o destino mestiço do México fosse adiado. As ordens religiosas que realizavam a evangelização na colônia, tendo como objetivo proteger os indígenas dos abusos dos *encomenderos*, buscaram isolá-los dos espanhóis, evitando qualquer contato entre esses dois grupos. Para Justo Sierra, “este fue un grande mal, de transcendencias fatales”, pois “la familia indígena solo podría asimilarse plenamente a la nueva cultura transformándose, es decir, mezclándose con la sangre de los introductores del espíritu nuevo; y esto encontró trabas infrangibles en el sistema de aislamiento” (IBIDEM, p. 66).

Justo Sierra destacou, em sua interpretação da Conquista e da colonização, o espanhol como o elemento central desse processo. Os conquistadores eram representados como homens com vigor de caráter, dispostos à aventura, que desejavam senhorear um vasto império e dominar uma cultura “por muchos capítulos inferior”. O contato entre essas “civilizações” com nível cultural tão distinto teria resultado, segundo Justo Sierra, em uma relação de senhorio entre “las dos razas” e não na instituição verdadeira de uma colônia, como seria desejável.

Vitoriosa a Conquista, ficava estabelecida uma relação assimétrica entre espanhóis e indígenas. Entre os colonizadores, dois grupos passaram a disputar a “posse” dos antigos senhores da terra. De um lado, os colonos espanhóis que desejavam

³ Os grifos são meus.

explorar a mão de obra nativa. De outro, as ordens religiosas que não buscavam redimir os indígenas, mas os colocava sob a tutela da Igreja: “la familia indígena fue lo primero que amortizó la Iglesia en América” (IBIDEM, p. 71-2).

As raízes do “problema indígena”, conforme entendia Justo Sierra, estavam fincadas no processo histórico da Conquista e da “pacificação” espanhola na Colônia. Os povos indígenas eram oprimidos tanto pela tutela dos clérigos, como pela exploração dos colonos, o que resultou na constituição de seu caráter “passivo”. A maneira como se deram as relações entre esses dois grupos no período colonial impossibilitou, devido ao isolamento imposto pelas ordens religiosas aos grupos nativos, segundo esse autor, a assimilação do “espírito novo” que chagava à América com os colonizadores.

Se a história colonial era entendida como um prolongamento da história espanhola, a independência era concebida como o início de uma “historia propia de un grupo nacido de la sangre y el alma de España, en un medio *sui generis* físico y social” (IBIDEM, p. 120). Segundo Sierra,

Ambos [o meio *sui generis* físico e social] influyeron sobre la evolución de ese grupo: el primero, por el simple hecho de obligarlo a adaptarse a condiciones biológicas bastante, si no absolutamente, distintas de la ambiencia peninsular, y el otro, el social, la familia terrígena, transformándolo por la compenetración étnica lenta, pero segura de que provino la familia mexicana. [...]

La evolución española, cuya última expresión fueron las nacionalidades hispanoamericanas, no tuvo por objetivo consciente (a pesar de que este debe ser el de toda colonización bien atendida, y todo menos eso, fue la dominación española en América) la creación de personalidades nacionales que acabaron por bastarse a si mismas (IBIDEM, p. 120).

A constituição de uma identidade nacional mestiça no México encontrava, no texto de Justo Sierra, uma preeminência claramente europeia. As nacionalidades hispano-americanas eram representadas como resultado da evolução dos espanhóis em um ambiente social e físico distinto do europeu. O papel dos povos nativos da América se equiparava, na formação da nacionalidade, aos elementos do meio natural. Dessa espinha dorsal europeia resultaria a identidade nacional mexicana.

A construção do mestiço

Em um período marcado por um grande pessimismo racial e pela condenação da mestiçagem na América Latina, Justo Sierra foi um dos principais defensores da mistura entre brancos e indígenas no continente. Discutindo interpretações reconhecidas internacionalmente naquele período, afirmou que aqueles que se colocavam contra a

mestiçagem nas Américas não haviam apresentado razões científicas que balizassem sua visão (IBIDEM, p. 297).

O principal alvo de Justo Sierra, em *México social y político*, era o francês Gustave Le Bon (1841-1931), autor de “A influência da raça na história”, publicado na *Revue Scientifique*, em abril de 1888. Para o autor francês, citado por Justo Sierra, os mestiços não possuiriam condições de progredir em uma sociedade, mas, pelo contrário, eram agentes de degradação. Segundo Le Bon, o maior exemplo de sua tese seria a América Hispânica, que, tendo sido resultado da mescla entre a “ardiente raza española” e “razas inferiores”, compunha-se de populações “bastardas, sin energía, sin porvenir, y completamente incapaces de contribuir con el más débil contingente al progreso de la civilización” (IBIDEM, p. 298).

A opinião expressa por Le Bon seria resultado, segundo Justo Sierra, de uma “observação incompleta”, que explicitaria seu desconhecimento a respeito do desenvolvimento social e histórico da república mexicana. Em suas palavras, “esta República nuestra haya andada con pasos de gigante, en relación con su edad y los obstáculos acumulados en su camino” (IBIDEM, p. 298). Justo Sierra afirmava que o principal fator do atraso de seu país não era a mestiçagem, conforme defendia Le Bon, mas a educação colonial. A história mexicana seria, nesse sentido, a prova de que mestiçagem e progresso não eram elementos excludentes:

Si se estudiase nuestra historia, se vería que su explicación no consiste solo en el carácter de las mayorías mestizas, sino en nuestra educación colonial. Si se estudiase nuestra historia se vería que la Independencia y la Reforma no son más que actos de inmensa energía de la “raza bastarda” de México (IBIDEM, p. 298).

Eram, portanto, os “bastardos” da nação os responsáveis pelo progresso mexicano. De acordo com Justo Sierra, faltou àquele etnólogo francês estudar a história e a sociedade no México para saber que os mestiços formavam a parte “ativa” da sociedade desse país e não representavam fator de degeneração.

Ao mesmo tempo em que Justo Sierra definia os povos indígenas como o elemento “passivo” da sociedade, apresentava, em contrapartida, o mestiço como fator “dinâmico” e “ativo” da história nacional. A “família mestiça”, responsável pelas inúmeras vitórias da nacionalidade e da república no século XIX, representaria o elemento central para a constituição da nação mexicana.

La familia mestiza llamada a absorber en su seno a los elementos que la engendraron, a pesar de sus errores y vicios que su juventud y su falta de educación explican de sobra, ha constituido el *factor dinámico*

en nuestra historia: ella, revolucionando unas veces y organizando otras, ha movido o comenzado a mover las riquezas estancadas en nuestro suelo; ha quebrantado el poder de castas privilegiadas, como el clero, que se obstinaba en impedir la construcción de nuestra nacionalidad sobre la base de las ideas nuevas, hoy comunes a la sociedad civilizada [...]. Ella ha opuesto una barrera a las intenciones de aclimatar en México gobiernos monárquicos [...]; ella ha fundado en la ley, y a vuelta de una generación habrá fundado en los hechos, la libertad política. Por ella, la nacionalidad mexicana *fará da se*, como dijo de su patria recién nacida a la unificación, el gran estadista italiano (IBIDEM, 299).

Os mestiços eram considerados por Justo Sierra como fonte do progresso político, social e material e do desenvolvimento urbano no México. Enquanto o mestiço era representado como progressista e urbano, o indígena era visto como atrasado e rural. O mestiço ou *neomexicano* “está en minoría en la población del campo, y constituye, en cambio, la mayoría de la urbana e industrial, más ilustrada, más activa y más transformable que la rural” (IBIDEM, p. 301).

Na interpretação histórica de Justo Sierra, a “burguesia” nascida ao longo do século XIX era considerada como o fator central para o progresso político, econômico e social do México. Havia uma associação direta, nos textos desse autor, entre as ideias de burguesia e mestiçagem. Em sua narrativa, os mestiços eram identificados à burguesia, os *criollos*, arautos do conservadorismo mexicano, a uma aristocracia decadente, e os indígenas, em sua “passividade”, a uma classe servil. Enquanto os conservadores e indígenas eram, de maneira geral, associados ao arcaísmo e ao passado, o mestiço burguês era considerado o anunciador do futuro e da modernidade no México. De acordo com Sierra, essa burguesia, entendida como o único fator dinâmico na sociedade mexicana, deveria absorver todos os elementos “ativos” dos “grupos inferiores”, nos quais se incluíam os descendentes das antigas famílias de *criollos* e os “analfabetos”. As ideias de família mexicana, burguesia e mestiçagem se confundiam nessa narrativa:

Sometidos al imperio de las supersticiones, y, además, el segundo, al alcohol; pero en ambos hace todos los días prosélitos, asimilándose a unos por medio del presupuesto y a otros por medio de la escuela. La división de razas que parece compilar esta clasificación, en realidad va neutralizando su influencia sobre el retardo de la evolución social, porque se ha formado entre la raza conquistada y la indígena una zona cada día más amplia de proporciones mezcladas que, como hemos solido afirmar, *son la verdadera familia nacional; en ella tiene su centro y sus raíces la burguesía dominante* (IBIDEM, p. 283).

Considerado como fator “dinâmico” e elemento “ativo” do desenvolvimento mexicano, o mestiço era confrontado ao “passivo” indígena. A constituição de uma

identidade nacional mexicana na obra de Justo Sierra teve suas bases na oposição de pares antagônicos como “ativo / passivo”, “progresso / atraso”, “urbano / rural”, e se revelava a partir da conformação de uma alteridade não apenas externa, estrangeira, mas também interna, dada dentro do próprio território mexicano.⁴ O tipo nacional desejável era o mestiço progressista e urbano que, para existir, deveria substituir o indígena passivo e rural.

A ideia da mestiçagem se confundia, no texto de Justo Sierra, com um projeto político cujo objetivo era “civilizar” o indígena por meio de seu contato com as classes urbanas e educadas. Essa proposta era essencialmente homogeneizadora e baseava-se em dois pilares: a mestiçagem e a educação. Embora houvesse, por um lado, uma dimensão étnica da mestiçagem defendida por esse autor, ela possuía também um caráter social e cultural, que se sustentava em uma determinada interpretação da história nacional.

“Redenção” do indígena e unidade nacional

Nas linhas finais de seu ensaio “La era actual”, Justo Sierra deixava explícito o caráter político, econômico e social que os temas da “redenção” e da “civilização” dos indígenas possuíam em sua obra. Para esse autor, era necessário “convertir al terrígena en un valor social (y solo por nuestra apatía no lo es), convertirlo en el principal colono de una tierra intensivamente cultivada” (SIERRA, 1977, p. 291). A questão do trabalho e da terra, cara aos liberais da Reforma, voltava à baila nesse texto de Sierra. O indígena, transformado em elemento “ativo” da sociedade mexicana, deveria ser aquele responsável por cultivar a terra de maneira intensiva, buscando não apenas sua própria subsistência, mas também uma boa produtividade e seu ingresso no mercado.

Além do trabalho na terra, o indígena deveria ser “redimido” e “civilizado” por meio de um projeto de educação nacional. A escola era vista por Justo Sierra como o local em que se engendraria o amor à pátria nessas populações e, por consequência, se forjaria uma verdadeira “unidade nacional”:

[Deve-se] identificar su espíritu [do indígena] y el nuestro por medio de la unidad del idioma, de aspiraciones, de amores y de odios, de criterio mental y criterio moral; encender ante él el ideal divino de una patria para todos, de una patria grande y feliz; crear, em suma, el alma nacional, ésta es la meta asignada al esfuerzo del porvenir, ése es el

⁴ Sobre a questão das identidades, ver HALL (2006). Sobre a questão das identidades na América Latina, ver PRADO (2008). Para uma visão específica sobre o contexto mexicano, ver NAVARRETE LIÑARES (2004).

programa de la educación nacional (IBIDEM, p. 291).

No entanto, muitos eram os obstáculos que se colocam para a consolidação desse projeto político. Segundo Justo Sierra,

Todo cuanto conspire a realizarlo [o programa de educação nacional], y solo eso, es lo patriótico; todo obstáculo que tienda a retardarlo o desvirtuarlo, es casi una infidencia, es una obra mala, es el enemigo. El enemigo es íntimo; es la probabilidad de pasar del idioma indígena al idioma extranjero en nuestras fronteras, obstruyendo el paso a la lengua nacional; es la superstición que solo la escuela laica, con su espíritu humano y científico, puede combatir con éxito; es la irreligiosidad cívica de los impíos que, abusando del sentimiento religioso inextirpable en los mexicanos, persisten en oponer a los principios, que son la base de nuestra vida moderna, los que han sido la base religiosa de nuestro ser moral; es el escepticismo de los que, al dudar de que lleguemos a ser aptos para la libertad, nos condenan a muerte (IBIDEM, p. 291-2).

Esse projeto de educação nacional reconhecia, conforme afirmava Justo Sierra, a existência de inimigos internos e externos. Entre os inimigos internos, o intelectual mexicano destacava a superstição religiosa arraigada na cultura indígena, a ausência de patriotismo de parte da população e o ceticismo dos que não acreditavam que o México pudesse um dia estar apto para a liberdade. Sierra evocava, entretanto, e em primeiro lugar, a presença de um inimigo externo: a possibilidade de, nas regiões de fronteira, as línguas indígenas serem substituídas não pelo espanhol, mas por uma língua estrangeira, provavelmente o inglês falado por seus vizinhos do norte: os Estados Unidos da América. O ensino da língua espanhola e do amor à pátria, a mescla com as “raças ativas” e a incorporação do indígena à modernidade e ao capitalismo se apresentavam como condição para a “unidade nacional”. Em termos spencerianos, a sobrevivência do “organismo” mexicano, em um período de expansão das potências capitalistas da Europa e, especialmente, dos Estados Unidos, passava fundamentalmente pela “redenção” e “civilização” dos indígenas, por seu contato com os brancos e mestiços e sua transformação em elemento “ativo” da sociedade mexicana.

Criar a identidade nacional era, nesse sentido, conservar a soberania nacional.

Considerações finais

Não é possível pensar a constituição de uma identidade nacional mestiça no México sem antes explicitar suas relações essenciais com o “problema” indígena. A narrativa histórica de Justo Sierra contribuiu sobremaneira para a penetração e consolidação na vida intelectual, política e social desse país de determinadas

representações em torno das figuras do mestiço e do indígena. A glorificação do primeiro como paradigma identitário desejável e a detração do segundo como signo da “passividade” e do arcaísmo que se pretende transpor, tópicos do discurso intelectual mexicano que se seguiu à Revolução Mexicana de 1910, teve suas bases nos autores mexicanos do século XIX e encontrou sua forma mais bem acabada na obra de Justo Sierra.

O “mestiço” e o “indígena” formavam na narrativa *mestizófila* da história nacional desse autor, respectivamente a identidade desejada e a alteridade detratada. A escolha de um paradigma identitário, como foi possível perceber, não se deu de maneira aleatória ou gratuita, mas correspondeu a determinadas expectativas alimentadas para a nação. A defesa da “mestiçagem”, na obra de Justo Sierra, procurava responder a questões políticas e sociais concretas, com as ferramentas teóricas e discursivas e os preconceitos latentes ou explícitos de sua época. Construir uma identidade, era também preservar o território nacional e a própria nacionalidade constantemente ameaçada pelo perigo estrangeiro. Defender a mestiçagem era também homogeneizar o país e salvar a nação, mesmo que isso significasse a destruição das culturas que se opusessem a esse projeto.

Referências bibliográficas:

BASAVE BENÍTEZ, Agustín. *México mestizo: Análisis del nacionalismo mexicano em torno da mestizofilia de Andrés Molina Enríquez*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Pátria Mestiza: História e Memória na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado em História. Campinas: IFCH-Unicamp, 2009.

_____. “A mestiçagem como exclusão do indígena na obra de Francisco Pimentel (México – 1864)”. In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*. Goiânia, 2010.

GARZA, Beatriz. “‘Pimentel y Altamirano’: discusiones sobre la literatura y la lengua”. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*, vol. 2: Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.

GONZALEZ, Luis. “El liberalismo triunfante”. In: COSIO VILLEGAS, Daniel (coord.). *Historia general de México*. 4. ed. México: El Colégio de México, 1994.

GUERRA, François-Xavier. *México: Del Antiguo Regimén a la Revolución*. México: Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, p.157-176, jan./jun. 2013.

<http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista>

Fondo de Cultura Económica, 1988, 2 vols.

HALE, Charles. “As idéias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930”. In: In: BETTHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 4. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 367-369.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1871-1914)*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KATZ, Frederich. “O México: a República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910”. In: BETTHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

NAVARRETE LIÑARES, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. México: UNAM, 2004.

ORTEGA Y MEDINA, Juan. “Indigenismo y hispanismo en la consciencia historiográfica mexicana”. In: BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e Identidad Nacional*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

PANI, Erika. *El Segundo Imperio: pasado de usos múltiples*. México: CIDE/FCE, 2004.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Identidades latino-americanas”. AYALA MORA, Enrique e POSADA CARBÓ, Eduardo (org.). *Historia general de la América Latina. Vol. VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. 1. ed. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. “A população da América Latina”. In: BETTHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 4. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIERRA, Justo. *La evolución política del Pueblo Mexicano*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977.

SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas, 1999.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TENORIO TRILLO, Maurício e GOMÉZ GALVARRIATO, Aurora. *El Porfiriato*. México: FCE, CIDE, 2006.

VASQUEZ, Josefina Zoraida. *Nacionalismo y educación en México*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

Recebido em julho de 2012 e aprovado em: outubro de 2012.